

Banco Central quer aprimorar lei

Sylvio Costa

Da equipe do Correio

O Banco Central (BC) está estudando formas de dificultar a utilização das contas CC-5 (Carta Circular nº 5) como instrumento para a lavagem de dinheiro.

Segundo o assessor de imprensa do BC, Reynaldo Ferreira, a Receita Federal comprovou que as contas CC-5 já foram, de fato, usadas para mandar para o exterior recursos de caixa dois de empresas em funcionamento no país.

“As brechas existentes na legislação estão sendo levantadas para que se possa aprimorar as contas CC-5

sem prejudicar a política de abertura cambial. Esse levantamento terá resultado em breve”, afirmou Ferreira.

Independente de alterações que venham a ser feitas na legislação, a diretoria do BC está convencida de que a CC-5, baixada em fevereiro de 1969, é um mecanismo que deve ser preservado.

Motocicleta — “Se alguém usa uma motocicleta para roubar, a culpa não é da motocicleta”, costuma dizer o presidente do BC, Gustavo Loyola. Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor da área externa do BC, dá outro exemplo.

“O esquema PC usou conta cor-

rente fantasma. Nem por isso alguém pensou em acabar com a conta-corrente”, diz Freitas. Ele diz que a livre movimentação de câmbio via CC-5 não constitui crime.

Muito menos a instalação de empresas em outros países por brasileiros. “O capitalista tem o direito de investir onde quiser”, afirma o ex-diretor.

Crime, se há, não é de natureza cambial — mas fiscal (quando há sonegação de impostos) ou criminal (narcotráfico, corrupção etc.). Nesse caso, as contas CC-5, ao registrarem operações feitas antes no paralelo, até ajudam a Polícia a rastrear o “dinheiro sujo”.